

A PERMANÊNCIA DE TRADIÇÕES “PAGÃS” E MEDIEVAIS NAS FESTAS JUNINAS BRASILEIRAS.

THE PERSISTENCE OF “PAGAN” AND MEDIEVAL TRADITIONS IN BRAZILIAN FESTAS JUNINAS.

Francisco Henrique Oliveira Moura

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade
Federal do Ceará (a POET/UFC)

<https://orcid.org/0000-0001-6022-9534>

Roseli Bastos Almeida Mateus

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução na Universidade
Federal de Santa Catarina (PGET/UFSC)

<https://orcid.org/0000-0002-2948-4155>

Resumo: O presente artigo investiga as raízes históricas e simbólicas das Festas Juninas no Brasil, analisando a permanência de tradições “pagãs” e medievais no contexto das celebrações contemporâneas. Através de uma abordagem interdisciplinar, baseada em fontes históricas, antropológicas e teóricas, como os conceitos de apropriação e representação de Roger Chartier, o estudo demonstra como práticas agrárias e rituais de fertilidade foram ressignificados pela Igreja Católica durante a Idade Média e, posteriormente, transportados para o Brasil. As festas juninas, hoje marcadas por danças, comidas típicas e devoção a santos católicos, revelam um processo contínuo de sincretismo, resistência cultural e transformação simbólica. Além disso, o trabalho propõe a utilização pedagógica dessas festividades como instrumento didático no ensino de História.

Palavras-chave: festas juninas; tradições pagãs; Idade Média; sincretismo cultural; religiosidade popular.

Abstract: This article investigates the historical and symbolic roots of the Brazilian Festas Juninas, analyzing the persistence of “pagan” and medieval traditions in contemporary celebrations. Through an interdisciplinary approach, based on historical, anthropological, and theoretical sources particularly Roger Chartier’s concepts of appropriation and representation the study demonstrates how agrarian practices and fertility rituals were reinterpreted by the Catholic Church during the Middle Ages and

later brought to Brazil. Today's Festas Juninas, marked by dances, traditional food, and devotion to Catholic saints, reflect a continuous process of syncretism, cultural resistance, and symbolic transformation. The article also suggests the pedagogical use of these festivities as a didactic tool for teaching History.

Keywords: Festas Juninas; pagan traditions; Middle Ages; cultural syncretism; popular religiosity.

INTRODUÇÃO

As Festas Juninas representam uma das manifestações culturais mais significativas do Brasil, integrando elementos religiosos, históricos e simbólicos que atravessam séculos. Celebradas entre os meses de junho e julho, essas festividades, embora atualmente apresentem traços regionais bem definidos e características tipicamente brasileiras, têm origem na tradição europeia, especialmente portuguesa, e foram apropriadas e ressignificadas no contexto sociocultural do país. A homenagem aos santos católicos São João, Santo Antônio e São Pedro coexiste com práticas que remetem a antigas tradições populares, muitas delas vinculadas a ritos pagãos e medievais, como o uso da fogueira, danças comunitárias e rituais de fertilidade e colheita.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a permanência e transformação de práticas culturais de matriz “pagã” e medieval nas Festas Juninas brasileiras, observando como a tradição católica, ao longo do processo de colonização e evangelização, absorveu, reinterpretou e integrou elementos populares em uma síntese simbólica complexa. Nesse contexto, é importante compreender como essas práticas sobreviveram e se enraizaram no imaginário coletivo, mantendo-se vivas nas celebrações contemporâneas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental e interpretativa de fontes bibliográficas. O ponto de partida é a reinterpretação de textos acadêmicos e culturais que tratam da origem e do desenvolvimento das Festas Juninas no Brasil, com atenção especial para a presença de elementos ancestrais não cristãos. A leitura crítica de autores como Lúcia Rangel permite identificar o processo de ressignificação religiosa promovido pela Igreja Católica, que incorporou símbolos e práticas populares em sua liturgia e festividades, atribuindo-lhes significados cristãos.

A metodologia inclui a investigação de referências históricas e antropológicas sobre os ritos de passagem, as festas sazonais medievais e os cultos agrários que compunham o imaginário europeu anterior ao cristianismo. Além disso, analisa-se o modo como tais tradições foram adaptadas ao contexto colonial brasileiro e, posteriormente, regionalizadas de acordo com as especificidades culturais locais.

A pesquisa também se baseia na análise de registros iconográficos e etnográficos das festas contemporâneas, buscando evidenciar a persistência de símbolos arquetípicos, como o fogo, a dança circular (quadrilha) e as comidas de origem rural, que revelam a coexistência de matrizes culturais distintas em uma mesma prática festiva. O objetivo é compreender a Festa Junina como um espaço de sincretismo e continuidade histórica, no qual o passado permanece atuante por meio da celebração coletiva.

AS FESTAS JUNINAS NO BRASIL

Comemoradas durante os meses de junho e julho, as Festas Juninas são eventos tradicionais profundamente enraizados na cultura brasileira. Embora apresentem características regionais bem marcadas, essas celebrações foram inicialmente trazidas pelos colonizadores portugueses e, com o tempo, adaptaram-se ao contexto sociocultural do país. As datas em homenagem a três santos católicos – Santo Antônio, São João e São Pedro – são celebradas com elementos típicos como fogueiras, danças de quadrilha, forró e comidas tradicionais, cujas formas variam conforme a região.

No século XVI, quando essas festividades vieram para o Brasil junto de outras traduções portuguesas, as festas juninas (também realizadas no mês de junho na Inglaterra) tinham enfoque mais religioso. Os rituais pagãos europeus deram lugar às celebrações que devotavam aos santos da igreja católica. Além disso, o público aristocrata também se divertia com as famosas danças de quadrilha. Zaratim (2014) registra que a Família Real Portuguesa, em 1808, trouxe na bagagem essa forma de dançar que divertia os salões da nobreza.

No decorrer dos anos, essa cultura passou a ser difundida pelas demais classes, principalmente por trabalhadores da Europa que vieram ao Brasil em busca de melhores condições financeiras. Conforme pontua Zaratim (2014, p. 24), os trabalhadores eram:

atraídos pela promessa de custeio, a título de antecipação dos rendimentos, o transporte até as fazendas, bem como o sustento deles e de

suas famílias nos primeiros tempos de permanência na propriedade – os quais colaboraram para difundir, entre o povo brasileiro, várias nuances da cultura europeia. Estes povos traziam costumes que correspondem às festas junina.

Desse modo, os bailes realizados em salões e as festividades religiosas se tornaram parte da cultura popular, se enquadrando no contexto rural de classes menos abastadas. As festas juninas, portanto, foram ganhando contornos mais definidos e passaram a englobar desde as festas dançantes, devoção religiosa até a culinária e vestimenta regional.

De acordo com Lúcia Rangel (2008, p. 25), essas festividades são praticadas em todas as regiões do Brasil e figuram entre as manifestações culturais mais significativas do país: “[...] com maior ou menor destaque, ainda são realizadas em todas as regiões do Brasil e representam uma das manifestações culturais brasileiras mais expressivas.”

Dentro da tradição católica, São João é considerado o precursor de Jesus Cristo. Segundo os relatos bíblicos, ele e Jesus eram primos, e a mãe de João, Isabel, teria sentido seu filho mover-se em seu ventre ao ser visitada por Maria, grávida de Jesus. João Batista realizava pregações às margens do Rio Jordão e é conhecido por ter instituído o batismo como rito de purificação, inclusive batizando o próprio Cristo. Assim, o simbolismo da água e da purificação está fortemente associado a esse santo.

Conforme aponta Rangel, a tradição de acender fogueiras durante as comemorações de São João recebeu, com o passar do tempo, uma explicação de origem cristã, surgindo lendas que procuravam justificar e legitimar esse costume à luz da religiosidade católica.

Na lenda da fogueira que leva o nome de São João é mencionado que Santa Isabel era muito amiga de Nossa Senhora e, por isso, ambas costumavam se visitar. Certa tarde, Santa Isabel foi à casa de Nossa Senhora e aproveitou para contar-lhe que dentro de algum tempo nasceria seu filho, cujo nome seria João Batista.

Nossa Senhora então perguntou: — Como poderei saber do nascimento dessa criança? — Vou acender uma fogueira bem grande; assim você poderá vê-la de longe e saberá que João nasceu. Mandarei também erguer um mastro com uma boneca sobre ele. Santa Isabel cumpriu a promessa. Certo dia Nossa Senhora viu ao

longe uma fumaceira e depois umas chamas bem vermelhas. Foi à casa de Isabel e encontrou o menino João Batista, que mais tarde seria um dos santos mais importantes da religião católica. Isso se deu no dia 24 de junho. (Rangel, 2008, p. 35).

Desse modo, as fogueiras são até hoje elementos marcantes nas festividades juninas.

Além das fogueiras, existem diversas outras práticas que compõem os festejos juninos brasileiros. O quadro abaixo, extraído da dissertação Carvalho (2013), traz um resumo dos principais elementos da típica festa junina.

Quadro 1 – Elementos da festa junina

Festas de Junho	Personagens	Instrumentos	Danças e ritmos juninos	Práticas de São João	Comidas típicas
Festas juninas	Bacamarteiros	Acordeona	Arrasta-pé	Água	Arroz-doce
Antônio (Santo)	Caipira	Canzá	Baião	Agulha	Canjica
João (São)	Capela	Gaita	Bate-chinela	Balão	Cocada
Pedro (São)	Violeiro	Ganzá	Cateretê	Bananeira	Curau
		Pandeiro	Ciranda	Banho-de-cheiro	Milho
		Sanfona	Chiba	Busca-pé	Mugunzá
		Viola	Fobó	Casamento	Pamonha
		Violão	Forró	Foguete	Pé-de-moleque
		Zabumba	Quadrilha	Passar fogueira	Pipoca
			Xaxado	Pau de sebo	Quentão
			Xiba	Rojão	
			Xote	Saltar fogueira	
				Simpatia	

Fonte: Carvalho (2013, p. 36)

Como é possível observar no quadro, há um conjunto de práticas, brincadeiras, danças, personagens e comidas típicas que formam o imaginário junino. Esses elementos remetem a cultura característica do campo. Assim como nos campos e ambientes rurais medievais (em que as práticas ritualísticas e agrárias ocorriam), as formas regionais não apenas fazem parte da ornamentação junina, mas carregam um simbolismo histórico que remete as suas raízes em festividades pagãs;

As práticas mais atuais ainda representam o homem e a mulher do campo. As roupas remendadas, por exemplo, fazem referência a uma realidade vivida no campo brasileiro em décadas anteriores, em que as vestimentas eram improvisadas, remendadas e surradas. Muitas vezes sem condições de comprar roupas novas, os trabalhadores rurais reaproveitavam as roupas que tinham. Desse modo, os elementos da festa junina também representam a simplicidade do povo e suas raízes.

A TRADIÇÃO DOS SANTOS JUNINOS E A PERSISTÊNCIA DE RITOS ANTIGOS NA CULTURA POPULAR BRASILEIRA

As Festas Juninas, celebradas ao longo do mês de junho no Brasil, têm como um de seus principais eixos simbólicos a devoção a três santos do calendário católico: Santo Antônio, São João e São Pedro. Cada um deles é homenageado com rituais, danças, músicas, comidas e símbolos específicos, que misturam elementos religiosos, populares e ancestrais, formando uma complexa rede de significados que atravessa o tempo e a cultura.

O primeiro a ser celebrado é Santo Antônio, cuja festa ocorre no dia 13 de junho. Nascido em Lisboa em 15 de agosto de 1195, com o nome de Fernando de Bulhões, entrou para a Ordem Franciscana em 1220, adotando o nome de Antônio. Morreu em Pádua, na Itália, em 13 de junho de 1231, sendo canonizado apenas um ano após sua morte, tamanha sua fama de santidade. No contexto português e, por extensão, no brasileiro Santo Antônio é amplamente venerado, tanto por sua eloquência como pregador quanto por sua atuação caritativa entre os pobres. A associação popular que se faz dele como “santo casamenteiro” advém de lendas e relatos que reforçam sua ação em favor das famílias, dos necessitados e das mulheres que desejavam encontrar um marido.

Na tradição das Festas Juninas brasileiras, Santo Antônio é celebrado com simpatias amorosas, novenas e celebrações religiosas que se mesclam com danças, músicas e comidas típicas. A forte devoção a ele revela não apenas um apego à religiosidade popular, mas também um vínculo simbólico com os antigos ritos de fertilidade originalmente pagãos que marcavam o início do verão no hemisfério norte, quando se celebrava a abundância e a fecundidade da terra. A presença de elementos como as simpatias e os pedidos por casamento revela traços dessa ancestralidade simbólica.

O segundo santo homenageado é São João Batista, cuja festa acontece no dia 24 de junho e é considerada a mais animada do ciclo junino. João, primo de Jesus,

é visto como seu precursor e responsável pela instituição do batismo como rito de purificação. De acordo com a tradição cristã, sua mãe, Isabel, sentiu o menino mover-se em seu ventre quando Maria, grávida de Jesus, a visitou. A figura de São João está associada à água, à purificação e à renovação espiritual. No Brasil, é comum que sua festa seja marcada por fogueiras, balões, quadrilhas e comidas típicas símbolos que, embora revestidos de significados cristãos, guardam resquícios de antigos rituais agrários relacionados ao solstício de verão e às colheitas.

A tradição de acender a fogueira de São João, por exemplo, é muitas vezes explicada através de narrativas cristianizadas, como a lenda de que Isabel teria acendido uma fogueira para avisar Maria sobre o nascimento de seu filho. Contudo, essa prática é anterior ao cristianismo, estando presente em antigos festivais pagãos que celebravam a fertilidade e a proteção contra os maus espíritos por meio do fogo. Assim, a festa de São João se insere em uma lógica de apropriação simbólica que a Igreja Católica realizou durante a Idade Média para absorver práticas pré-cristãs dentro do seu calendário litúrgico.

O ciclo se encerra com a festa de São Pedro, celebrada no dia 29 de junho. São Pedro, um dos apóstolos mais próximos de Jesus, é tradicionalmente considerado o primeiro papa e o fundador da Igreja Católica. Na cultura popular, ele é identificado como o “porteiro do céu” aquele que guarda as chaves do paraíso e como aquele que “manda chover”, de acordo com crenças populares que associam sua autoridade espiritual a fenômenos naturais. É também o padroeiro dos pescadores, o que evidencia sua relação com a água e com as atividades comunitárias. No Brasil, especialmente nas regiões litorâneas, são realizadas procissões marítimas, novenas, missas e festividades em sua homenagem, misturando fé, tradição e celebração popular.

O objetivo central deste artigo é examinar a origem dessas festas a partir de ritos ancestrais relacionados à fertilidade, colheita e renovação da natureza práticas amplamente difundidas em sociedades pré-cristãs do mundo europeu e compreender como esses ritos foram gradualmente incorporados pela Igreja, adaptando-se à liturgia cristã. As festividades juninas, portanto, são lidas aqui como resultado de um processo histórico de sincretismo e sobrevivência cultural, onde antigos símbolos pagãos foram ressignificados no contexto medieval cristão e, posteriormente, transportados para o Brasil através da colonização portuguesa. Nesse novo contexto, os ritos foram novamente transformados, agora em contato com as tradições indígenas, africanas e populares, gerando uma das manifestações culturais mais marcantes do país.

Para sustentar essa análise, utilizaremos como arcabouço teórico os con-

ceitos de apropriação e representação, conforme desenvolvidos pelo historiador francês Roger Chartier em sua obra *A História Cultural: Entre Práticas e Representações* (2002). A noção de apropriação, segundo Chartier, diz respeito ao modo como diferentes grupos sociais assimilam práticas, textos ou símbolos, adaptando-os às suas próprias necessidades, valores e visões de mundo. Já o conceito de representação está ligado à forma como essas apropriações são expressas, moldando identidades e estruturando experiências culturais.

Ao aplicar esses conceitos, pretendemos demonstrar que as Festas Juninas funcionam como uma expressão viva de processos históricos complexos, nos quais a cultura popular reinterpreta práticas religiosas e simbólicas herdadas de diversas matrizes. Além disso, buscamos refletir sobre como essas festividades podem ser utilizadas como ferramentas pedagógicas no ensino de História Medieval, promovendo uma abordagem interdisciplinar que valorize a cultura popular como fonte legítima de conhecimento histórico.

DOS CULTOS DE FERTILIDADE ÀS FESTAS JUNINAS: PERMANÊNCIAS MITOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS DE CRISTIANIZAÇÃO

As Festas Juninas, tal como conhecemos hoje no Brasil, não surgiram de maneira isolada no tempo ou no espaço. Elas são herdeiras de um longo percurso cultural que remonta às festividades agrárias da Antiguidade, associadas aos ritos de fertilidade e aos ciclos sazonais. O historiador Jacques Le Goff, em sua obra *Em busca da Idade Média* (2005), destaca que o calendário litúrgico cristão medieval não apenas organizava o tempo da fé, mas também estruturava a vida social. Segundo ele, “o poderoso dispositivo das festas e do calendário constitui o quadro temporal fundamental de toda a sociedade” (Le Goff, 2005, p. 117), inserindo o tempo cíclico ligado às colheitas, aos movimentos astronômicos e aos rituais populares dentro do tempo linear e civil.

Esse modelo, entretanto, não foi invenção medieval. Já na Roma Antiga, como argumenta Carolina dos Santos no artigo “As festas religiosas e a demarcação do tempo na Roma Antiga” (2010), os calendários religiosos exerciam papel central na organização da vida dos camponeses e escravizados, marcando períodos específicos de plantio, colheita, repouso e celebração. Tais festividades se tornavam momentos simbólicos de renovação do mundo, comunhão com os deuses e pedidos por bênçãos celestes para garantir a fertilidade da terra e a abundância das safras. Dessa forma, os rituais celebravam a integração do homem com o cosmos,

em uma tentativa de dar sentido aos ciclos naturais e garantir sua sobrevivência.

As festas do calendário romano, como as Saturnais, as Lupercais e as festas de Ceres, eram carregadas de simbolismo agrário e possuíam dimensões coletivas intensas. Elas permitiam à população celebrar, agradecer e também negociar com as forças naturais muitas vezes personificadas em divindades, em vista de obter prosperidade e abundância na colheita. Essas práticas, de caráter mágico-religioso, sobreviveram ao tempo por meio da sua incorporação nas festividades cristãs, especialmente a partir da consolidação da Igreja no período medieval.

Diversas culturas da Antiguidade veneravam divindades associadas à fertilidade, à morte e ao renascimento. Tais culturas tinham a cosmovisão de que a vida humana estava profundamente conectada aos ritmos da terra. Um exemplo notável é Osíris, deus egípcio da vegetação e do Além. Como discutido por Isaque Neto em *Mistério e repetição no mito de Ísis e Osíris* (2015), Osíris representava a promessa de renovação após a morte e sua história era celebrada em rituais que simbolizavam o ciclo da vida e da natureza. Morto e despedaçado por seu irmão Seth, Osíris foi recomposto por Ísis e ressuscitado, tornando-se um símbolo de regeneração espiritual e agrícola, especialmente cultuado em Abido, onde se realizavam procissões e encenações rituais com forte caráter comunitário.

Entre os sumérios, esse arquétipo de morte e renascimento encontra-se na figura de Tamuz (ou Dumuzi), deus associado à vegetação. No estudo de Leite e Wedekin (*Narrativas mitológicas sobre processos de morte simbólica*, 2015), Tamuz é condenado ao submundo pela deusa Istar, que depois chora sua ausência e tenta trazê-lo de volta. Esse mito expõe a ideia de que a fertilidade e a abundância dependem do retorno cíclico das forças da vida, sendo sua ausência temporária um tempo de infertilidade e escassez. Apenas com o resgate do deus do submundo a terra volta a florescer — um paralelo direto com as estações e a necessidade de ritualização do renascimento da natureza.

Na tradição greco-romana, Adônis encarna o mesmo princípio simbólico. Segundo o *Dicionário da Mitologia Grega e Romana* (Harcquard, 1996), Adônis nasceu de uma união incestuosa entre a princesa Esmirra e seu pai, e, por intervenção divina, foi transformado em uma bela criança. Afrodite, a deusa do amor e da fertilidade, apaixonou-se por ele, o que provocou o ciúme de Ares, deus da guerra. Este enviou um javali para matá-lo, levando Afrodite a chorar sua morte e instituir festas fúnebres na primavera em sua memória. Posteriormente, Zeus decidiu dividir a permanência de Adônis entre o mundo dos vivos e dos mortos, representando, assim, a alternância das estações e a renovação da fertilidade da terra. Este ciclo ritualístico era celebrado pelas mulheres sírias em rituais públicos de

luto e renascimento, reafirmando o vínculo entre mitologia, natureza e sociedade.

Tais exemplos ilustram como as religiões antigas personificavam os fenômenos naturais em deuses e rituais, articulando o tempo agrário ao tempo sagrado. Com a ascensão do cristianismo, principalmente a partir do século IV, a Igreja percebeu que não poderia suprimir completamente essas festividades populares profundamente enraizadas no imaginário coletivo. Em vez disso, promoveu um processo de ressignificação, apropriando-se desses ritos e incorporando-os ao calendário cristão, agora sob a forma de festas dos santos.

Esse processo de apropriação e reinterpretação das práticas simbólicas pré-cristãs é analisado à luz dos conceitos propostos por Roger Chartier (2002). Para o historiador francês, a apropriação é o modo como diferentes grupos sociais se apropriam de objetos culturais, resignificando-os conforme seus próprios códigos e interesses. Já a representação diz respeito à maneira como tais apropriações são expressas culturalmente, configurando uma visão de mundo, valores e estruturas simbólicas.

No caso das Festas Juninas, podemos observar uma clara sobrevivência desses antigos ritos agrários e festivos, agora reinterpretados sob a roupagem da devoção cristã. Os antigos deuses da fertilidade dão lugar a santos católicos como Santo Antônio, São João Batista e São Pedro, enquanto elementos simbólicos como a fogueira, a dança circular (quadrilha) e os alimentos feitos com milho permanecem como vestígios das antigas celebrações do solstício de verão. No hemisfério norte, o solstício ocorre por volta de 21 de junho, quando o sol atinge seu ponto mais alto no céu ao cruzar o Trópico de Câncer, marcando o dia mais longo do ano, momento crucial para o mundo agrário antigo. Em tais datas, acreditava-se que os deuses exigiam oferendas para garantir a abundância das colheitas futuras.

Portanto, ao compreendermos as Festas Juninas como uma síntese complexa entre tradição pagã, estratégia de cristianização e adaptação cultural local, conseguimos enxergar nelas uma rica fonte de análise para os estudos históricos. Elas revelam a capacidade da cultura popular de ressignificar práticas e crenças ao longo do tempo, construindo identidades e memórias coletivas que atravessam séculos. Com isso, as festas juninas se tornam também ferramentas valiosas para o ensino de história, permitindo conexões entre o mundo antigo, medieval e o Brasil contemporâneo.

DAS FOGUEIRAS PAGÃS ÀS FESTAS JUNINAS: RESSIGNIFICAÇÃO RELIGIOSA E SOBREVIVÊNCIA SIMBÓLICA DOS CULTOS DE FERTILIDADE

As festas juninas, amplamente difundidas no Brasil e em outras regiões de matriz cristã, representam, na superfície, uma celebração religiosa em homenagem a santos católicos como São João, Santo Antônio e São Pedro. No entanto, por trás da aparência cristianizada, essas festividades carregam um substrato simbólico e ritualístico muito mais antigo, oriundo de práticas religiosas e culturais anteriores ao cristianismo. Essas práticas, muitas vezes qualificadas de “pagãs”, resistiram ao tempo por meio de um processo de ressignificação e apropriação institucional operado pela Igreja durante a Idade Média.

Tais festividades, profundamente conectadas ao ciclo agrícola e às forças da natureza, estão associadas a antigos rituais de fertilidade, centrados no culto a divindades ligadas à fecundidade da terra, à abundância da colheita e à renovação da vida. A cidade fenícia de Biblos, por exemplo, possuía tradições religiosas voltadas à deusa Astarte, equivalente à Afrodite grega, figura associada ao amor, à sexualidade e à fertilidade. Nessas celebrações, rituais sexuais eram incorporados à liturgia sagrada como forma de imitação do comportamento das divindades, prática que visava garantir a prosperidade do reino. O próprio rei era convocado a participar de um ato ritualístico com sua esposa, encenando simbolicamente a união divina para promover a fecundidade da terra. Além disso, mulheres realizavam oferendas sexuais a estrangeiros no templo da deusa, em nome de Astarte, como forma de culto e contribuição religiosa.

Essa ritualização da sexualidade também se manifestava em outras culturas do mundo antigo. Em Chipre, mulheres jovens devotavam-se à deusa Afrodite antes do casamento, arrecadando recursos por meio de relações sexuais que eram consideradas sagradas e socialmente aceitas. Tais práticas evidenciam uma visão do corpo e da sexualidade como meios legítimos de conexão com o sagrado, cuja função simbólica era contribuir para a renovação cíclica da fertilidade natural e social.

Na Mesopotâmia, o culto ao deus Tamuz e à deusa Ishtar era marcado por cânticos e lamentações, especialmente no mês de tammuzuzu (correspondente a junho/julho no calendário gregoriano). O ritual consistia na lavagem, unção e vestimenta com roupas vermelhas de uma efígie representando o deus morto, ao som de incensos queimados, o que, segundo Frazer (1982, p. 305), funcionava “como que para estimular os sentidos adormecidos do deus pungente e despertá-lo do

sono da morte”. Este ritual, baseado na dor e no renascimento simbólico, expressava a crença na necessidade de “reviver” o deus da vegetação para garantir a continuidade da vida e a fecundidade da terra.

Na tradição grega, destacava-se o rito dos Jardins de Adônis, um culto feminino no qual vasos com flores como jacintos, violetas e alfaces eram rapidamente cultivados sob o calor, florescendo e morrendo em poucos dias. Ao final, essas plantas eram lançadas à água, juntamente com a imagem de Adônis, representando o ciclo de morte e renascimento das plantas. Tais práticas simbolizavam a esperança de prosperidade agrícola e a expectativa da vinda das chuvas. A temporalidade curta dessas flores refletia a transitoriedade da vida e a necessidade de renovação contínua para garantir a fertilidade dos campos.

Outro elemento fundamental das festas agrícolas era o uso das fogueiras como representação do fogo sagrado, presente em diversos cultos de solstício em culturas da Europa Antiga. Como aponta Anderson Jonas das Neves (2017), a importância das fogueiras era tamanha na Grécia antiga que apenas os sacerdotes tinham o privilégio de acendê-las, respeitando um procedimento ritualístico. A construção da fogueira envolvia toda a comunidade em um esforço coletivo que incluía desde a escolha da madeira até sua montagem. Apenas após seu acendimento iniciavam-se os festejos, as bênçãos e as interações simbólicas ou sexuais, numa clara demonstração de que a fogueira funcionava como canal de comunicação com as divindades ou como a manifestação física do sagrado.

Com a consolidação do cristianismo como religião oficial no Império Romano e, posteriormente, como base da estrutura de poder da Idade Média, essas práticas foram sendo gradativamente reinterpretadas e incorporadas ao calendário cristão. Entretanto, como observa Fernand Braudel (1965, p. 268), as estruturas mentais e culturais não se modificam de maneira abrupta: “certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embarçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo”. A partir dessa leitura, compreende-se que as festas populares, com seus símbolos ancestrais, resistiram às tentativas de erradicação e foram absorvidas pela Igreja como estratégia de dominação simbólica e conversão paulatina.

A festa de São João, celebrada no mês de junho, precisamente no solstício de verão do hemisfério norte, encarna esse processo de resignificação simbólica. Elementos como a fogueira, a colheita, os cânticos e as danças foram mantidos, mas passaram a ser justificados dentro da lógica cristã. A fogueira, por exemplo, deixa de representar o fogo de fertilidade e passa a simbolizar a fogueira acesa por Isabel para anunciar o nascimento de João Batista. A celebração da colheita tor-

na-se agradecimento a Deus, e a fertilidade da terra é atribuída à intercessão dos santos.

Este processo de transformação simbólica se relaciona com o conceito de representação cultural desenvolvido por Roger Chartier (2002). Para o autor, as representações constituem formas pelas quais os grupos sociais organizam suas percepções de mundo, projetam valores e consolidam identidades. Nesse sentido, a Igreja medieval, ao apropriar-se das festas populares, reconstruiu sua simbologia para consolidar sua autoridade espiritual e social. Como afirma Chartier, a representação não se limita à imagem mental, mas abrange práticas sociais e formas institucionalizadas pelas quais um grupo assegura sua presença e sua hegemonia (Chartier, 2002, p. 23).

Nesse mesmo contexto, destaca-se a importância do calendário litúrgico como instrumento de poder e dominação simbólica. Conforme argumenta Paulo Silva (2013) em seu estudo sobre os sermões de Leão de Roma e Cesário de Arles, a organização do calendário cristão não foi apenas um mecanismo de ordenação do tempo religioso, mas uma ferramenta de controle institucional e de inserção das práticas cristãs nas rotinas camponesas. O calendário litúrgico ressignificou festividades pré-existentes e consolidou as datas religiosas como momentos centrais da vida social, inserindo o tempo cristão na memória coletiva das populações rurais. Como o autor afirma, esse instrumento passou a representar “uma instância de poder e controle institucional e social, vinculada às lideranças políticas e estatais e, principalmente, autoridades eclesásticas” (Silva, 2013, p. 8).

Em suma, as festas juninas representam muito mais do que uma simples celebração religiosa. Elas são o resultado de um processo histórico de hibridização simbólica, no qual práticas religiosas ancestrais, enraizadas nas culturas agrícolas e rituais de fertilidade, foram reinterpretadas pela lógica cristã e incorporadas ao seu sistema litúrgico. Essa sobrevivência de ritos “pagãos” sob nova roupagem é um testemunho da longa duração das estruturas culturais, conforme indicam Braudel, Chartier e Silva, revelando como o passado simbólico permanece atuante nas expressões culturais contemporâneas.

RITUAIS POPULARES, “SUPERSTIÇÕES” E RESSIGNIFICAÇÕES SIMBÓLICAS NA RELIGIOSIDADE MEDIEVAL E NAS FESTAS JUNINAS

A consolidação do cristianismo como religião dominante no Ocidente medieval não se deu de maneira abrupta ou absoluta. A longa duração de práticas re-

ligiosas e simbólicas anteriores, com forte enraizamento nos ciclos naturais e nas tradições locais, exerceu considerável influência sobre a configuração das festas religiosas cristãs. Nesse contexto, a Igreja, ao tentar cristianizar os ritos populares, deparou-se com um universo simbólico profundamente marcado por elementos que os clérigos passaram a chamar de “superstições”, como aponta André Vauchez (1995) em sua obra *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental*.

As chamadas superstições, longe de representarem meros desvios ou práticas isoladas, eram expressões legítimas de uma religiosidade popular complexa e resiliente, que ultrapassava os limites da dogmática cristã. Conforme Vauchez (1995), essas práticas estavam profundamente vinculadas às necessidades cotidianas das populações camponesas: colheitas, doenças, fertilidade, estações do ano e eventos cósmicos. Por isso, as divindades locais eram frequentemente associadas a elementos naturais águas, vegetação, astros e seus cultos envolviam rituais propiciatórios e adivinhatórios de caráter sagrado. A devoção popular, muitas vezes, transbordava da ortodoxia clerical, como testemunham os penitenciais e as condenações conciliares, evidenciando que mesmo em regiões longamente cristianizadas, a religião oficial não passava de um “verniz” superficial sobre práticas muito mais antigas e heterogêneas.

Nesse panorama, compreende-se a persistência de tradições rituais vinculadas aos marcos cósmicos, como os solstícios, em festividades posteriormente cristianizadas. Um exemplo paradigmático é a incorporação dos rituais de fertilidade vinculados ao deus Adônis, cuja celebração ocorria precisamente no período do solstício de verão — data que, mais tarde, seria associada à festa de São João Batista. A substituição simbólica do deus pagão pelo santo cristão não eliminou os traços arcaicos do ritual: manteve-se o culto ao fogo, à água, à vegetação e às forças propiciadoras da vida e da abundância.

A cristianização dessas festas se deu, portanto, por meio de um processo de transposição simbólica, que ressignificou antigos rituais dentro de uma moldura cristã. Como analisa Gastal (2013) em *Festa de identidade: o São João do Porto*, a festa de São João foi reinterpretada como uma antecipação do advento, em razão do papel de João Batista como precursor de Cristo (Lucena Filho, 2012, p. 38). Essa adaptação foi acompanhada de uma reconfiguração simbólica dos elementos centrais da celebração: o fogo passou a representar a luz profética, a água tornou-se símbolo de purificação batismal e as danças em torno da fogueira ganharam justificativas morais e espirituais.

Apesar da cristianização, muitas práticas de origem pré-cristã permaneceram ativas, como observa Gastal ao descrever as celebrações medievais na cidade

do Porto, em Portugal, cuja primeira referência às festas de São João data de 1384. As festividades incluíam o uso ritual de fogo, banhos no mar, danças, colheita de ervas aromáticas e práticas adivinhatórias associadas à fertilidade, ao casamento, à saúde e à prosperidade. As “marteladas” simbólicas com ervas, posteriormente substituídas por brinquedos de plástico, eram consideradas terapêuticas e purificadoras (Gastal, 2013, p. 191), revelando a persistência de uma lógica ritual baseada no contato com a natureza e com o corpo como canal de mediação com o sagrado.

A festa, ademais, não se limitava ao plano religioso: ela também marcava a vida social e econômica da cidade. Como destaca Gastal (2013), a data de São João era considerada o início do ano econômico na cidade do Porto, sendo referência para atos administrativos importantes desde o século XIV. Esse aspecto evidencia como as festas juninas mantinham, desde suas origens, uma função cíclica e organizadora da vida social, herdada das antigas festas de solstício, nas quais se renovavam os vínculos comunitários, políticos e religiosos.

Esse fenômeno não se restringe ao espaço português. Em toda a Europa, há registros da sobrevivência de práticas semelhantes. Na Espanha, o banho nas águas na noite de São João era considerado ritual de purificação. Na França, confeccionavam-se guirlandas com as chamadas “ervas de São João”, jogadas na fogueira para garantir proteção e afastar males. Na Inglaterra, além da madeira, ossos eram lançados nas fogueiras, numa tentativa de assegurar benefícios mágicos às plantações e ao gado. Essas práticas mostram que, apesar da repressão aos chamados “pagãos” desde o século IV, os rituais antigos foram incorporados à nova ordem simbólica cristã, permanecendo como formas de continuidade cultural disfarçada sob a ortodoxia eclesiástica.

Tais elementos demonstram que as festas juninas são herdeiras de uma rica tradição ritualística pré-cristã. As oferendas, o uso do fogo, a música, a dança, os banhos, os votos de fertilidade e os ritos ligados à colheita e ao casamento expressam não apenas traços “folclóricos”, mas uma cosmovisão ancestral que foi se adaptando ao longo dos séculos, moldada por contextos religiosos e morais distintos. A sobrevivência desses elementos confirma a tese de que o processo de cristianização não foi homogêneo nem absoluto, e que a religiosidade popular medieval operava com camadas sobrepostas de significados, conforme o contexto histórico, regional e simbólico.

Dessa forma, observa-se que as festas juninas são manifestações de resiliência cultural e reinterpretação simbólica, nas quais se entrelaçam o sagrado e o profano, o antigo e o novo, o oficial e o popular. Elas representam a permanência, em novas roupagens, de um imaginário ritual que se organiza em torno da fertili-

dade, do ciclo da natureza e da esperança de renovação, características fundamentais dos cultos antigos. Mais do que simples festas religiosas, elas são testemunhos vivos da longa duração das práticas simbólicas e da complexidade das articulações entre poder, fé e cultura.

A SOBREVIVÊNCIA DE TRADIÇÕES “PAGÃS” E MEDIEVAIS NAS FESTAS JUNINAS BRASILEIRAS

As festas juninas, celebradas com grande entusiasmo em diversas regiões do Brasil, guardam em sua estrutura elementos culturais que remontam não apenas à colonização portuguesa, mas a práticas religiosas e simbólicas oriundas da Antiguidade e da Idade Média. Em especial, destacam-se a persistência de tradições tidas como “pagãs” e a resignificação de rituais medievais, reelaborados no contexto da cristianização e da ocupação do território americano pelos europeus.

Helena Rangel observa que as fogueiras e Festas de São João, em especial, foram estratégias utilizadas para estabelecer contato com os povos indígenas locais. Apesar de, no Brasil, o mês de junho marcar o início do inverno, este período coincide com os rituais agrícolas de diversas etnias indígenas, relacionados à preparação da terra e ao início dos plantios, prática conhecida como oivara, amplamente difundida nas Américas. Como ela explica: “Derruba-se a mata, queimam-se as ramagens para limpar o terreno, que é adubado com as cinzas, e a seguir começa o plantio. É a técnica da oivara, tão difundida entre os povos do continente americano.” (Rangel, 2008, p. 21)

A Igreja Católica desempenhou papel fundamental no processo de colonização das Américas, funcionando como braço ideológico da empreitada imperial. Enquanto as coroas forneciam os meios militares, a Igreja investia na evangelização dos povos nativos, num movimento que visava tanto conter os efeitos da Reforma Protestante quanto consolidar o domínio europeu. Como aponta Lúcia Rangel em *Festas juninas, festas de São João: origens, tradições e história* (2008), essa religiosidade adaptada ao calendário católico era uma ferramenta poderosa para a conversão e controle dos chamados “povos selvagens”.

O relato do padre jesuíta Fernão Cardim, no *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1925), revela que, já no século XVI, a Festa de São João era bem recebida pelas populações indígenas. Ele descreve com riqueza de detalhes as práticas associadas a essa celebração, como mostra o trecho a seguir: “Três festas celebram estes índios com grande alegria, aplauso e gosto particular. A primeira é as fogueiras de S. João, porque suas aldêas ardem em fogos [...] A terceira que mais que todas

festejam é dia de cinza, porque de ordinário nenhum falta [...]” (Cardim, 1925, p. 316-317)

Tais descrições evidenciam a incorporação de festividades cristãs ao cotidiano dos povos nativos por meio de adaptações sincréticas. A presença de ritos como o acendimento de fogueiras, danças e práticas de adivinhação revela a permanência de simbolismos relacionados à fertilidade e à comunhão coletiva, aspectos centrais das festas na Europa medieval. O imaginário medieval cristão, imerso em práticas agrárias e relações de parentesco estreitas, encontra eco nas festas juninas brasileiras. Como aponta Rangel, elementos como a dança, a fogueira e a abundância de alimentos são reminiscências da religiosidade e sociabilidade dos colonizadores: “O uso das fogueiras, a associação de São João com a fertilidade e a boa colheita, o agradecer a abundância de comida, o reforço dos laços de parentesco e a prática da dança foram símbolos e rituais que se mantiveram em um espaço geográfico e cultural novo.” (Rangel, 2008, p. 24).

As superstições e simpatias relacionadas aos santos juninos, como as práticas adivinhatórias associadas a casamentos, têm raízes nas crenças medievais europeias. Tais ritos envolviam o uso de imagens dos santos e elementos da natureza, como exemplifica a simpatia voltada a Santo Antônio: “Moças solteiras, desejosas de se casar [...] colocam-no de cabeça para baixo atrás da porta ou dentro do poço ou enterram-no até o pescoço [...]” (Rangel, 2008, p. 29). Ou ainda a simpatia ligada a São João: “A moça deve apanhar pimentas num pé de pimenteira com os olhos vendados [...] se a pimenta for de verde para madura, o casamento será com um homem de meia-idade.” (Rangel, 2008, p. 36).

A centralidade do casamento nessas práticas revela sua função social e política, tal como na Idade Média, quando a união matrimonial articulava relações familiares, econômicas e de poder. Conforme destaca Márcia Maria de Medeiros: “[...] uma imensa rede de parentesco e de alianças, as quais alteram o panorama social e político de uma comunidade. Esta função política do casamento não deve ser esquecida [...]” (Medeiros, 2011, p. 2)

A figura de São João Batista, envolta em mitos e simbolismos, continua a desempenhar papel essencial nas festas. A superstição de que a fogueira o acorda no dia de sua festa remonta a práticas ancestrais associadas a ritos agrários, como mostra Anderson Jonas das Neves: “Acredita-se que São João Batista permanecia dormindo durante seu aniversário e que a fogueira ‘acordava o santo’ [...] esse enredo se assemelhou ao de Adônis que descia sobre as lavouras [...]” (Neves, 2017, p. 93).

Também se preserva o cuidado com os materiais usados para acender as fogueiras, com restrições herdadas de simbolismos cristãos, como esclarece Rangel:

“[...] não se escolham madeiras impróprias como: ‘cedro, imbaúba nem as ramas da videira, por terem uma relação estreita com a passagem de Jesus na terra.’” (Rangel, 2008, p. 39).

Outro costume ancestral ressignificado nas festas juninas é o banho ritual. O batismo simbólico de São João ou o banho com ervas, como praticado em regiões como Belém e Manaus, resgatam práticas antigas ligadas à purificação e à renovação espiritual. Rangel registra: “Vamos, vamos, toca a marchar, n’água de São João vamos nos lavar [...] Toda mazela que tinha deixei!” (Rangel, 2008, p. 40-41).

Essas práticas dialogam com os banhos realizados durante as festas joaninas na Europa medieval e se ampliam no Brasil com influências de matrizes africanas, como no caso do banho de cheiro tradicional do mercado Ver-o-Peso, descrito em matéria do G1: “[...] ‘chama’, ‘dinheiro em penca’, ‘abre caminho’, ‘ganha aqui, ganha acolá’, ‘vai buscar quem tá longe’ [...]” (G1 PA, 2019).

Com relação à alimentação, os banquetes festivos mantêm a função social e simbólica da fartura e da fertilidade, presentes tanto nas festas da Antiguidade quanto nas celebrações medievais. No entanto, os ingredientes variam conforme a biodiversidade local. Produtos como milho, amendoim, batata doce e mandioca compõem os pratos típicos brasileiros, como a canjica, a pamonha, o pé de moleque e a vaca atolada.

No campo da dança, a quadrilha se destaca como símbolo junino. Derivada da quadrille francesa do século XVIII, esta dança foi adaptada ao imaginário caipira, ganhando linguagem própria com comandos como anarriê (do francês en arrière) e trajes típicos decorados com bandeirinhas e estampas xadrez. Rangel descreve como era a vestimenta original: “No fim do século XIX as damas que dançavam a quadrilha usavam vestidos até os pés [...] Os cavalheiros vestiam paletó até o joelho [...]” (Rangel, 2008, p. 52).

A permanência das festas juninas no Brasil, seja em grandes eventos como o São João de Campina Grande e o Arraial de Belo Horizonte, seja nas festas de rua, igrejas ou escolas, atesta sua importância como expressão da identidade cultural nacional. Ao mesmo tempo, ela revela o entrelaçamento entre as tradições populares e os processos históricos de dominação cultural, sincretismo e resistência.

A proposta de levar esse debate para o espaço escolar encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente nos componentes de História do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, que preveem o estudo da Antiguidade Clássica, da transição para a Idade Média e do papel da religião cristã. Os objetos de conhecimento destacados pela BNCC são: “O Ocidente Clássico: aspectos da cultura na Grécia e em Roma; A passagem do mundo antigo para o mundo medieval; O

Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio; e O papel da religião cristã, dos mosteiros e da cultura na Idade Média.” (BNCC, 2017, p. 420).

Além disso, é possível desenvolver com os alunos habilidades como:

- EF06HI01 – Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas);
- EF06HI18 – Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social no período medieval;
- EF07HI05 – Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América. (BNCC, 2017, p. 423)

Assim, as Festas Juninas representam uma rica oportunidade de abordar as permanências e transformações culturais entre o mundo europeu medieval e o Brasil colonial e contemporâneo. Mais do que simples festividades, constituem-se como um objeto pedagógico potente para o desenvolvimento da consciência histórica e da compreensão dos processos de longa duração.

CONSIDERAÇÕES

A análise das festas juninas, especialmente no contexto brasileiro, revela um intrincado entrelaçamento de tradições pagãs, elementos medievais e práticas religiosas que atravessam séculos, chegando até os dias atuais. Conforme demonstrado pela revisão bibliográfica, as manifestações culturais presentes nas celebrações de São João e similares são o resultado de uma longa trajetória histórica marcada por adaptações e ressignificações de práticas populares.

Desde a antiguidade clássica, com suas mitologias e ritos sazonais — como os estudados por Frazer (1982) e Neto (2014) até a Idade Média, passando pelas dinâmicas da religiosidade popular medievais (Fiorot, 2016; Le Goff, 2005; Vouchez, 1995), observa-se um processo contínuo de absorção e transformação. Essa herança simbólica, por vezes esquecida pela historiografia tradicional, encontra nos festejos populares uma materialização viva, reforçando identidades culturais e comunitárias.

Os estudos históricos e antropológicos apontam que a religiosidade popular não apenas sobreviveu às perseguições e às tentativas de controle institucional da

Igreja, mas se fortaleceu em práticas que se adaptaram às novas conjunturas sociais, preservando significados ancestrais (Medeiros, 2011; Leite & Wedekin, 2015). Tal fato evidencia que as festas juninas no Brasil, longe de serem meras festas folclóricas, são complexos fenômenos culturais carregados de simbolismos religiosos, sociais e históricos.

No Brasil, o sincretismo cultural se destaca como elemento fundamental para entender a continuidade e a transformação das tradições festivas. A miscigenação cultural, influenciada por populações indígenas, africanas e europeias, promoveu uma hibridação simbólica que se expressa nas festas de São João, caracterizadas por rituais como o banho de cheiro, as fogueiras e as comidas típicas (Fonseca et al., 2018; G1 PA, 2019; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2020).

Além disso, o caráter identitário e comunitário dessas festas desempenha papel fundamental na demarcação do tempo sagrado e na construção de memórias coletivas (Santos, 2010; Gastal, 2013). A repetição cíclica dos ritos permite não apenas a celebração, mas a reafirmação da pertença e da continuidade cultural, numa perspectiva que dialoga com as análises de Braudel (1965) sobre a longa duração histórica.

As festas juninas também ilustram a persistência de uma espiritualidade que, embora marcada por elementos católicos, carrega resquícios de cosmovisões anteriores, o que demonstra a complexidade da religiosidade popular e suas múltiplas dimensões (Hacquard, 1996; Silva, 2013). Essa continuidade espiritual desafia dicotomias simplistas entre o sagrado e o profano, revelando a coexistência de várias lógicas culturais.

A pesquisa sobre essas tradições aponta para a importância da preservação e valorização do patrimônio cultural imaterial, que representa não apenas uma memória histórica, mas um patrimônio vivo em constante transformação (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2020). Reconhecer essas práticas como patrimônio cultural contribui para sua perenização e para a valorização das comunidades que as mantêm vivas.

Ao mesmo tempo, é crucial compreender que essas festas não são estáticas; elas se modificam, incorporando novas influências e respondendo às dinâmicas sociais contemporâneas. Essa plasticidade cultural assegura a relevância das festas juninas nas sociedades atuais, possibilitando que tradições antigas sejam apropriadas e reinventadas por novas gerações (Rangel, 2008).

O estudo também revela que, apesar de suas origens muitas vezes obscuras ou contestadas, as festas juninas funcionam como uma forma de resistência cultural, mantendo vivas práticas que poderiam ser marginalizadas ou invisibilizadas

por processos de modernização e globalização (Neves, 2017). Dessa forma, essas celebrações atuam como espaços de afirmação da diversidade cultural.

Além disso, o diálogo entre os estudos históricos, antropológicos e religiosos demonstra que a compreensão das festas populares exige uma abordagem interdisciplinar, capaz de captar sua complexidade e múltiplas dimensões (Chartier, 2002; Ocidente, s.d.). A interconexão entre tempo, espaço, símbolos e práticas comunitárias constitui um campo fértil para pesquisas futuras.

As reflexões apresentadas indicam que o patrimônio imaterial, representado pelas festas juninas, desempenha um papel fundamental na construção da identidade cultural brasileira, servindo de elo entre passado e presente, local e global, sagrado e cotidiano. Esse papel reforça a importância de políticas públicas que promovam a preservação cultural.

Finalmente, compreender a sobrevivência das tradições pagãs e medievais nas festas juninas implica reconhecer a riqueza e complexidade da cultura popular, que se expressa em rituais, músicas, danças e comidas, traduzindo uma história de resistência, adaptação e criatividade social.

Assim, o estudo reafirma que a festa junina é um fenômeno cultural multifacetado que, embora carregado de historicidade, mantém sua relevância atual, oferecendo a comunidades locais e à sociedade em geral um espaço de encontro, celebração e memória.

Portanto, preservar e valorizar essas festas significa reconhecer a diversidade cultural e a pluralidade histórica que compõem a identidade brasileira, possibilitando que a riqueza do patrimônio imaterial continue sendo um vetor de coesão social e diálogo intercultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: A longa duração. Revista de História, São Paulo, v.30, n.62, p. 261-294, jun. 1965.

CARDIM, Fernão. Tratado de Terras e Gente do Brasil. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925.

CARVALHO, Flávia Medeiros de. O dicionário do folclore brasileiro: um estudo de caso da etnoterminologia e tradução etnográfica. 2013. xii, 252 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

- CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre práticas e Representações. Rio de Janeiro: DIFEL – Difusão Editorial S. A., 2002.
- FIOROT, Juliana Bardella. Considerações acerca do conceito de “Religiosidade Popular” na Alta Idade Média. Revista Mundo Antigo (NEHMAAT-UFF/PUCG), Campos dos Goytacazes, v.5, n.10, p. 23-41, jun. 2016.
- FONSECA, D.; NETO, J.; COSTA, J. Banho de Cheiro de São João no município de Abaetetuba, Pará, Brasil. Revista África e Africanidades, Rio de Janeiro, v.11, n.27, p. 01-10, jul. 2018.
- FRAZER, James George. O Ramo de Ouro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.
- G1 PA. Banho de cheiro de São João é tradição no Ver-o-Peso. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/06/24/banho-de-cheiro-de-sao-joao-e-tradicao-no-ver-o-peso.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2025.
- GASTAL, Susana. Festa e identidade: o São João do Porto. Antares: Letras e Humanidades, Caxias do Sul, v.5, n.9, p.178-796, jan.-jun. 2013.
- HACQUARD, Georges. Dicionário da Mitologia Grega e Romana. São Paulo: Asa, 1996.
- LE GOFF, Jacques. Em busca da Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- LEITE, A.; WEDEKIN, L. Narrativas mitológicas sobre processos de morte simbólica. Revista Último Andar, São Paulo, n.25, p. 57-76, 2015.
- MEDEIROS, Márcia Maria de. Uma análise sobre o casamento medieval segundo Thomas Malory. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, v.8, n.1, p.01-15, jan.-abr. 2011.
- NEVES, Anderson Jonas das. Uma interpretação analítico-comportamental de aspectos culturais e simbólicos da fogueira de São João. Revista Perspectivas, São Paulo, v.8, n.1, p. 79-96, ago. 2017.
- NETO, Isaque Pereira de Carvalho. Mistério e repetição no mito de Ísis e Osíris. Cadmo, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2014.
- OCIDENTE, Meredith. Festa Junina: Doces e Salgados de Meredith Ocidente. Disponível em: <http://apetitedenegocios.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.
- RANGEL, Lúcia Helena Vitalli. Festas juninas, festas de São João: origens, tradições e história. São Paulo: Publishing Solutions, 2008.

SANTOS, Carolina Bertassoni dos. As Festas Religiosas e a Demarcação do Tempo na Roma Antiga. Revista Alétheia de Estudos sobre Antiguidade e Medievo, Rio Grande do Sul, v.2, p. 01-12, ago.-dez. 2010.

SILVA, Paulo Duarte. Poder episcopal, pregação e calendário nos séculos V e VI: Natal e Páscoa nos sermões de Leão de Roma e de Cesário de Arles (440-542). 2013. 279 f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. UFMS realiza pesquisa para registro de Banho de São João de Corumbá/Ladário como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Disponível em: <https://www.ufms.br/ufms-realiza-pesquisa-para-registro-de-banho-de-sao-joao-de-corumba-ladario-como-patrimonio-cultural-imaterial-brasileiro/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

VOUCHEZ, André. A Espiritualidade na Idade Média Ocidental: (séculos VIII a XIII). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ZARATIM, Samuel Ribeiro. Quadrilhas Juninas em Goiânia: novos sentidos e significados. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Performance Cultural) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.